

4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 – Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 18. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a Mineração Tacumã Ltda. – controlada indireta da Vale S.A. (“Vale”) - como a única controladora da FCA.

Em 5 de agosto de 2010, a Mineração Tacumã Ltda transformou-se de sociedade empresária e limitada em uma sociedade por ações, passando a denominar-se Vale Operações Ferroviárias S.A.

A Vale Operações Ferroviárias S.A, em 30 de novembro de 2011 teve sua denominação social alterada para VLI Multimodal S.A.

Foi anunciada no dia 3 de julho, a Resolução Nº 4.131, alterada pela resolução Nº 4.160 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a

desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles, 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis.

A desativação dos trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do Programa Integrado de Logística - PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário. Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os valores devidos dos contratos de arrendamento e concessão.

Serão desativados e devolvidos os seguintes trechos ferroviários:

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2013.

a) Reclassificação do Custo dos Serviços prestados e Despesas Administrativas

No segundo trimestre de 2013 a Companhia, visando à otimização dos gastos e sua eficiência operacional, concluiu que algumas despesas até então identificadas como administrativas e comerciais, em essência são custos operacionais, e por tanto deveriam ser apresentados como custos dos serviços prestados. Os efeitos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram respectivamente de R\$ 32.306 e R\$ 36.970.

4.3 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis (controladora e consolidado) estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

a) Base de preparação

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.4.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC e conforme normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB).

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Apesar do resultado apresentado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

b) Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas da empresa incluída na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para não realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*"impairment"*).

e) Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

g) Tributo sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no resultado abrangente, para os quais, o imposto também é reconhecido no resultado abrangente. A provisão para imposto de renda é calculada com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. O reconhecimento do imposto diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas"

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.13.

i) Intangível

I. Direitos de concessão

Está representado pelo valor pago pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da Malha Centro-Leste e Malha Paulista (Ferroban) (Nota 4.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

j) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

k) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Em alguns casos, os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

l) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 – Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 – Contratos de Concessão.

Em linha com os esclarecimentos provenientes do Comunicado Técnico CTG 05 e com instruções contidas no Manual de contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 – Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União.

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.11), sendo a Companhia um agente no litígio.

n) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de previdência privada é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa,

usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas ao plano de previdência privada são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada ("*constructive obligation*").

o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

p) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

q) Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

r) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.29, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

s) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRIC 21 – “Taxas” – aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014;

IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – a ser definida a data para aplicação

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia

t) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”), consolidadas e da controladora, de acordo com a NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado, que são apresentados como parte integrante das demonstrações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis.

4.4 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

4.4.1 – Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos – A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível – A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Tributos sobre o lucro diferidos – A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos contábeis. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.
- IV. Provisão para contingências – A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as suas estimativas.

4.4.2 – Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia - Concessão

Conforme descrito na Nota 4.3(I) a Companhia segue as orientações da ITG 01 – Contratos de Concessão e do CTG 05 – Contratos de Concessão para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e comunicados técnicos requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados.
- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.
- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4.5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	9.256	92.414
Aplicações financeiras	6.363	67.403
	15.619	159.817

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 100,5% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 – Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber de clientes	68.494	81.085
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(29.233)	(23.756)
	39.261	57.329

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	20.309	50.756
Vencidos até 3 meses	2.333	3.676
Vencidos de 3 a 6 meses	4.318	1.180
Vencidos acima 6 meses	41.534	25.473
	68.494	81.085

Em 31 de dezembro de 2013, certas contas a receber de clientes no total de R\$ 29.233 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 23.756) estavam vencidas e provisionadas.

O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas contas a receber, comercial, faturamento e gestão de risco corporativo, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.7 – Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição por almoxarifados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Peças e componentes de equipamentos / instalações	41.040	43.495
Combustíveis, lubrificantes e gases	9.002	4.147
Materiais de expediente e outros	8.824	5.946
Materiais elétricos / eletrônicos	7.161	7.417
Importações em andamento	1.944	3.030
Materiais de construção / conservação	854	1.037
Materiais de consumo de oficinas e manutenção	594	745
Materiais de borracha	14	17
Provisão para perdas em itens de estoque	(5.780)	(4.994)
	63.653	60.840

4.8 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
ICMS a recuperar	14.161	6.593
PIS e COFINS a compensar	12.694	20.405
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.243	2.960
Imposto de renda retido na fonte	1.507	1.041
IOF a recuperar	127	120
INSS	20	20
	31.752	31.139
Não circulante		
ICMS a recuperar	5.187	5.091
Imposto de renda e contribuição social diferidos	118.130	
	123.317	5.091
	155.069	36.230

4.9 – Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	3.688	3.139
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	2.024	5.897
	7.537	10.861
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	21.290	23.115
	21.290	23.115
	28.827	33.976

(a) Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de *"built to suit"*

O contrato assinado entre a Companhia e terceiros constitui o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e, por conseguinte a locação do terminal à Companhia em

caráter personalíssimo, sendo o referido Terminal construído para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.

4.9.1 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

		Controladora e Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012
Circulante			
Concessão (a)		1.719	1.719
Arrendamento (b)		106	106
		1.825	1.825
Não Circulante			
Concessão (a)		1.065	1.338
Arrendamento (b)		20.225	21.777
		21.290	23.115

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica “Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente”, nos ativos circulante e não circulante.

4.9.2– Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo “All Risks”.

	31/12/2013	31/12/2012
Responsabilidade civil geral		3.401
All Risks	1.459	1.487
Seguro de transporte	565	1.009
	2.024	5.897

Em 31 de dezembro de 2013, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	USD 200.000 (por ocorrência)
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 70.000
Transporte Internacional Exportação	All Risk	USD 100.000
Transporte Nacional (Embarques Terrestres / Aéreos)	All Risk	USD 10.000
Transporte Nacional (Embarques Aquaviários (Cabotagem e Fluvial/Lacustre))	All Risk	USD 60.000
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	USD 30.000
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200.000
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
Vida em Grupo	Menores e aprendizes	R\$ 12
Acidentes pessoais	Visitantes, Estudantes e Colaboradores que passeiam nos trens turísticos da FCA	R\$ 10

4.10 – Demais contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Adiantamento a empregados	15.350	13.692
Adiantamento a fornecedores	8.186	4.797
Outras contas	496	2.695
	24.032	21.184
Não circulante		
Adiantamento a empregados		2.240
		2.240
	24.032	23.424

4.11 – Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	104.682	56.163	78.194	52.148
Cíveis (b)	21.462	17.804	16.681	17.577
Administrativa regulatória (c)				4.551
Sesi (d)			16.513	
Tributárias (e)	4.898	543	4.705	1.506
Ambientais (f)		1.816		1.670
	131.042	76.326	116.093	77.452

De acordo com o Edital de Privatização, a União continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da União, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2013, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 56.163 (31 de dezembro de 2012– R\$ 52.148). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Além disso, a Procuradoria Geral da União (PGU) determinou no âmbito de sua competência a adoção por parte de seus membros dos procedimentos previstos no Parecer nº 50/2008-MLG/DTB/PGU/AGU, de 3 de setembro de 2008, que assim se apresenta:

1) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes do período em que o empregado prestou serviços tão somente à União;

2) as Procuradorias não deveriam peticionar em Juízo alegando que a responsabilidade pelos débitos existentes antes da concessão deveriam ser imputados as concessionárias;

3) no caso das concessionárias requererem a intimação da União nas ações em que este ente público não figure no pólo passivo, a representação judicial da União deverá anuir com o pedido, a fim de participar em todos os demais atos do processo, desde que, da análise dos autos, se verifique a efetiva existência de responsabilidade da extinta RFFSA.

4) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes tanto do período em que o empregado prestou serviços à extinta RFFSA como à empresa concessionária, as Procuradorias devem peticionar nos autos requerendo que os débitos de responsabilidade da União e das concessionárias sejam apurados de forma separada, para que este ente público possa alegar a existência de eventuais erros materiais no período de sua responsabilidade, bem como aplicar a incidência de juros de mora, na forma do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97.

Em vista deste parecer da AGU, há exemplos de decisões recentes no âmbito trabalhista determinando a inclusão da União Federal no Pólo Passivo da demanda.

A Companhia esclarece que será utilizada por seus consultores jurídicos, nas demandas cabíveis que envolvam a União, as orientações contidas no Parecer da PGU/AGU.

O valor a receber da União, no montante de R\$ 53.493, classificado na rubrica “Contas a Receber” da União no ativo não circulante, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da União, em épocas anteriores a estas determinações da PGU/AGU.

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 17.804 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 17.577).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Administrativa regulatória

Após a divulgação da resolução 4131/13 da ANTT, a companhia reverteu a provisão que havia constituído referente à multa administrativa aplicada pela própria ANTT, conforme autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referente a não conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos(Linha Mineira). O montante da provisão em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 4.551.

d) SESI

O valor depositado em juízo está relacionado ao auto de infração sobre as contribuições não recolhidas a esse órgão. Baseada no parecer de seus consultores jurídicos, que avaliaram como possível a possibilidade de perda, a Companhia não constitui provisão nesse processo.

e) Tributárias

A Companhia constituiu provisões sobre autos de infração envolvendo processos aduaneiros, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na opinião de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 543 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 1.506).

f) Ambientais

A Companhia provisionou R\$ 1.816 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 1.670) referentes a processos com expectativa de perda provável de autuações dos órgãos competentes.

g) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.309.000 (31 de dezembro de 2012 – aproximadamente R\$ 903.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União. A composição das contingências por natureza podem ser assim apresentadas:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas (i)	596.000	304.000
Cíveis (ii)	243.000	217.000
Previdenciário (iii)	56.000	50.000
Tributárias (iv)	381.000	304.000
Ambientais (v)	33.000	28.000
	1.309.000	903.000

- i. Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há também demandas de natureza possessória, cuja discussão envolve pedidos de usucapião, bem como demandas em que a FCA pretende a desocupação de imóvel de sua propriedade ou que estejam na faixa de domínio da ferrovia. Há ainda demandas discutindo questões creditícias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, SESI e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

4.12 – Imobilizado

						Controladora e Consolidado	
						31/12/2013	31/12/2012
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Bens em operação							
Locomotivas	12,5 a 25 anos	5,57%	505.188	(132.843)	372.345		323.753
Vagões	33,3 anos	3,00%	376.511	(70.717)	305.794		208.666
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	8,96%	80.908	(36.247)	44.661		40.111
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	32.111	(20.619)	11.492		13.606
Imóveis	25 a 40 anos	2,92%	24.127	(2.098)	22.029		21.737
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	15.422	(4.877)	10.545		6.017
Outros ativos	10 anos	10,00%	34.131	(1.650)	32.481		8.126
Veículos	3 a 5 anos	21,45%	11.065	(2.863)	8.202		4.947
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	4.830	(1.931)	2.899		3.052
			1.084.293	(273.845)	810.448		630.015
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			1.623		1.623		8.698
Terrenos			1.142		1.142		1.142
Provisão para baixa de ativo			(624)		(624)		(318)
			2.141		2.141		9.522
			1.086.434	(273.845)	812.589		639.537

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 31.921 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 35.242).

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2013 está sumarizada da seguinte forma:

						Controladora e Consolidado	
						31/12/2012	31/12/2013
Custo		Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível (a)			
Locomotivas	432.703		(3.869)	76.354		505.188	
Vagões	265.921		(1.986)	112.576		376.511	
Equipamentos autônomos	76.882		(7.024)	11.050		80.908	
Equipamentos e aplicativos de informática	29.620		(2)	2.493		32.111	
Imóveis	22.343			1.784		24.127	
Bens administrativos/auxiliares	9.658		(127)	5.891		15.422	
Outros ativos	8.411			25.720		34.131	
Veículos	6.303		(40)	4.802		11.065	
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	4.775			55		4.830	
	856.616		(13.048)	240.725		1.084.293	
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	8.698	1.042	(8.117)				1.623
Terrenos	1.142						1.142
Provisão para baixa de ativo	(318)	(306)					(624)
	9.522	736	(8.117)				2.141
	866.138	736	(21.165)	240.725		1.086.434	

Depreciação	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
Locomotivas	(108.950)	(27.471)	3.578	(132.843)
Vagões	(57.255)	(14.665)	1.203	(70.717)
Equipamentos autônomos	(36.771)	(5.720)	6.244	(36.247)
Equipamentos e aplicativos de informática	(16.014)	(4.607)	2	(20.619)
Bens administrativos/auxiliares	(3.641)	(1.239)	3	(4.877)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.723)	(208)		(1.931)
Veículos	(1.356)	(1.547)	40	(2.863)
Imóveis	(606)	(1.492)		(2.098)
Outros	(285)	(1.365)		(1.650)
	(226.601)	(58.314)	11.070	(273.845)

4.13 – Intangível

						Controladora e Consolidado	
						31/12/2013	31/12/2012
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Direitos de concessão	12,8 anos	4,7%	43.169	(17.075)	26.094	28.142	
Softwares adquiridos	5 anos	20%	8.356	(7.803)	553	342	
			51.525	(24.878)	26.647	28.484	
Benfeitorias em propriedades arrendadas							
Via permanente	10 a 12,8 anos	4,25%	2.372.723	(632.151)	1.740.572	1.542.952	
Imóveis	12,8 anos	2,58%	152.813	(19.980)	132.833	88.610	
Vagões	12,8 anos	3,00%	131.955	(62.188)	69.767	60.226	
Locomotivas	12,5 a 12,8 anos	7,46%	177.200	(116.689)	60.511	55.844	
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	12,8 anos	5,0%	31.162	(6.764)	24.398	18.995	
Equipamentos autônomos	5 a 12,8 anos	9,32%	11.724	(6.622)	5.102	5.309	
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	6.878	(3.416)	3.462	4.838	
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	3.323	(384)	2.939	3.269	
Terrenos			15		15		
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)			
Outros ativos	10 anos	10%				63	
			2.887.812	(848.213)	2.039.599	1.780.106	
Intangível em curso			257.959		257.959	260.227	
			3.197.296	(873.091)	2.324.205	2.068.817	

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 4).

O intangível em curso é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Construção e ampliação de pátios	14.310	32.560
Material rodante - aquisições e modernização	28.709	54.715
Instalações administrativas e de apoio	3.881	5.333
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	32.257	31.477
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	17.001	15.708
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	2.452	3.619
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	10.717	10.517
Trens turísticos - melhorias	924	1.320
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	147.708	104.978
	257.959	260.227

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados à bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

O intangível no período findo em 31 de dezembro de 2013 apresentava a seguinte movimentação:

Custo	Controladora e Consolidado			
	31/12/2012	Adições	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/2013
Direitos de concessão	43.169			43.169
Softwares adquiridos	8.002		364	8.366
	51.171		364	51.535
Benfeitorias em propriedades arrendadas				
Terrenos			15	15
Via permanente	2.033.426		339.875 (578)	2.372.723
Locomotivas	165.524		125.368 (76.354)	214.528
Vagões	119.173		88.030 (112.576)	94.627
Imóveis	105.015		49.596 (1.799)	152.812
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	24.368		6.850 (55)	31.163
Equipamentos autônomos	11.055		11.141 (10.472)	11.724
Equipamentos e aplicativos de informática	6.878		2.493 (2.493)	6.878
Bens administrativos/auxiliares	3.323		5.891 (5.891)	3.323
Veículos	19		4.802 (4.802)	19
Outros	63		25.657 (25.720)	
	2.468.844		659.693 (240.725)	2.887.812
Intangível em curso	260.227	657.779	(660.047)	257.959
	2.780.242	657.779	(240.725)	3.197.296

Amortização	Controladora e Consolidado		
	31/12/2012	Adições	31/12/2013
Via permanente	(490.474)	(141.677)	(632.151)
Locomotivas	(109.680)	(7.009)	(116.689)
Vagões	(58.947)	(3.241)	(62.188)
Imóveis	(16.405)	(3.575)	(19.980)
Direitos de concessão	(15.027)	(2.048)	(17.075)
Softwares adquiridos	(7.660)	(143)	(7.803)
Equipamentos autônomos	(5.746)	(876)	(6.622)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(5.373)	(1.391)	(6.764)
Equipamentos e aplicativos de informática	(2.040)	(1.376)	(3.416)
Bens administrativos/auxiliares	(54)	(330)	(384)
Veículos	(19)		(19)
	(711.425)	(161.666)	(873.091)

4.14 – Fornecedores

Mercado interno
Mercado externo

Controladora e Consolidado	
31/12/2013	31/12/2012
100.136	90.062
333	4.267
100.469	94.329

4.15 – Obrigações fiscais

PIS e COFINS
ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços)
Impostos e contribuições retidos na fonte de terceiros
ISS (Impostos sobre Serviços)
IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)

Controladora e Consolidado	
31/12/2013	31/12/2012
7.755	8.558
7.127	3.969
3.338	2.447
1.264	1.559
207	207
19.691	16.740

4.16 – Obrigações sociais e trabalhistas

Salários e encargos
Provisão para férias e 13º salários
Benefícios trabalhistas
Participação nos resultados
Outros

Controladora e Consolidado	
31/12/2013	31/12/2012
17.232	19.486
16.181	15.009
10.781	13.287
47.426	24.318
	18
91.620	72.118

4.17 – Arrendamentos e concessões a pagar

Poder Concedente - União
Concessão (a)
Arrendamento (b)

Ferrovia Bandeirantes S/A - FERROBAN
Concessão (c)
Arrendamento (d)

Controladora e Consolidado	
31/12/2013	31/12/2012
1.846	1.748
35.075	33.207
36.921	34.955
150	142
2.844	2.690
2.994	2.832
39.915	37.787

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676, calculado está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2013, foram pagas 63 (sessenta e três) parcelas, sendo a 63ª parcela paga no valor de R\$ 1.846.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2013, foram pagas 63 (sessenta e três) parcelas, sendo a 63ª parcela paga no valor de R\$ 35.075.

(c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário – Malha Paulista Arrendamento dos bens – FERROBAN – Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2013, foram pagas 53 (cinquenta e três) parcelas, sendo a 53ª parcela paga no valor de R\$ 449.

(d) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2013, foram pagas 53 (cinquenta e três) parcelas, sendo a 53ª parcela paga no valor de R\$ 8.533.

4.18 – Provisões Operacionais

a) Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 totalizava o montante de R\$ 394, registrado na rubrica “Outras provisões” no Passivo Circulante.

b) Franquia de seguro operacional

Em 2013 a companhia registrou a provisão de franquia de seguros operacionais referente a acidentes ocorridos em sua malha ferroviária; os valores registrados são de R\$ 24.000 (vinte e quatro milhões de reais).

4.19 – Antecipação de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes que em 31 de dezembro de 2013 somavam R\$ 7.533 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 24.555). Esses adiantamentos advêm dos esforços da Companhia junto a seus parceiros (clientes) para antecipar valores que serão abatidos de fretes a serem

tomados ao longo do período. Os adiantamentos em questão são atualizados com juros (entre 7,15% e 11% ao ano) e variação do IGPM mensal, para manter sua capacidade de aquisição constante.

4.20 – Demais contas a pagar

		Controladora e Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012
Circulante			
Garantias contratuais		1.797	1.797
Pêra Ferroviária (a)			1.990
Outros passivos circulantes		4.289	2.053
		6.086	5.840
Não circulante			
Pêra Ferroviária (a)			15.919
Benefícios a empregados pós-aposentadoria		895	
		895	15.919
		6.981	21.759

(a) Refere-se ao Instrumento particular de promessa de compra e venda de imóveis e outras avenças, constituindo a aquisição de imóveis para construção de Pêra Ferroviária na localidade de Pirapora-MG.

Em outubro de 2013 a Companhia decidiu pela antecipação e efetuou o pagamento integral da dívida.

4.21 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Referem-se a valores monetários e também a conversão de dívida relativa à compra de locomotivas e vagões, conforme nota explicativa 4.13 (a), oriundos de sua controladora visando atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia.

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

4.22 – Receitas antecipadas

		Controladora e Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012
Circulante			
Passagem de fibra ótica (a)		317	317
		317	317
Não circulante			
Passagem de fibra ótica (a)		3.646	3.963
		3.646	3.963
		3.963	4.280

(a) Refere-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.

4.23 – Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
VLI Multimodal S.A.	210.197.536.038.503	55.673.348	210.197.591.711.851
Outros- não controladores	40.992.745	10.991.664	51.984.409
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260

b) Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período.

Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	Controladora e Consolidado 31/12/2012
Cálculo da média ponderada para 2012 (210.197.577.031.248 x 12/12)	210.197.577.031.248
Prejuízo do período	(163.150)
Média Ponderação de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2012	210.197.577.031.248
Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações (R\$)	(0,78)
	Controladora e Consolidado 31/12/2013
Cálculo da média ponderada para 2013 (210.197.577.031.248 x 12/12)	210.197.577.031.248
Lucro líquido do período	156.448
Média Ponderação de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013	210.197.577.031.248
Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações (R\$)	0,74

4.24 – Receita líquida

Receita Bruta

Receita de transporte ferroviário
Receita de utilização de pátios
Receita de estadia de vagões
Receita de aluguel de locomotivas
Receita de partilha de frete
Receita de outros serviços

Controladora e Consolidado	
31/12/2013	31/12/2012
1.150.056	1.058.037
2.063	1.916
6.846	4.467
62.880	8.628
107.247	91.629
152.670	136.523
1.481.762	1.301.200

Impostos sobre serviços

ICMS
PIS
COFINS

(68.396)	(67.425)
(24.450)	(21.470)
(112.617)	(98.892)
(205.463)	(187.787)

Devoluções

Devoluções de vendas

(36)	(35)
(36)	(35)

Receita líquida dos serviços vendidos

1.276.263	1.113.378
------------------	------------------

4.25 – Custos

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

Pessoal
Encargos sociais
Material
Combustíveis
Serviços contratados
Partilha de frete
Tributos
Outros
Depreciação
Despesas de arrendamento e concessão

Controladora e Consolidado	
31/12/2013	31/12/2012 *
(268.227)	(224.609)
(58.228)	(59.924)
(69.895)	(64.933)
(279.936)	(231.792)
(221.002)	(170.337)
(141.751)	(121.337)
(212)	-
(12.424)	(10.872)
(214.726)	(160.310)
(166.630)	(169.265)
(1.433.031)	(1.213.379)

* Reclassificado conforme nota 4.2 (a)

4.26 – Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

Pessoal
Encargos sociais
Serviços contratados
Outras

Controladora e Consolidado	
31/12/2013	31/12/2012
(81)	(49)
(19)	
(1)	(18)
(1)	(24)
(102)	(91)

b) Despesas gerais e administrativas

Controladora e Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012 *
Pessoal	(4.554)	(1.833)
Encargos sociais	(273)	(154)
Material	(3)	(4)
Combustíveis	(7)	-
Serviços contratados	(1.224)	(8)
Tributos	(129)	-
Outras	(372)	(905)
Depreciação	(5.254)	(5.949)
	(11.816)	(8.853)

* Reclassificado conforme nota 4.2 (a)

Abaixo apresentamos a composição dos efeitos conforme Nota 3.2(d):

Controladora e Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	(10.048)	(19.044)
Encargos sociais	(2.683)	(3.171)
Material	(137)	(261)
Combustíveis	(49)	-
Serviços contratados	(18.446)	(11.162)
Tributos	-	-
Outros	(943)	(1.156)
Depreciação	-	(2.176)
	(32.306)	(36.970)

c) Outras receitas (despesas) operacionais

Controladora e Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	7.717	10.637
Venda de ativos	2.997	3.037
Recuperação de despesas	3.859	506
Trem Turístico	4.685	4.040
Travessias	3.709	2.554
Multas contratuais	4.935	11.085
Alugueis	900	1.016
Serviços prestados	78	14
Processos trabalhistas	12.260	13.696
Outros	1.023	1.269
	42.163	47.854

		Controladora e Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012
Outras despesas operacionais			
Tributárias		(4.015)	(8.681)
Baixa de Ativos		(2.284)	(4.090)
Estoques		(318)	(2.603)
Ajuste de estoque		(176)	(175)
Participação no resultado		(3.899)	(2.454)
Desvalorização de estoque		-	(1.493)
Perda de recebíveis		(6.369)	(2.292)
Outros gastos c/pessoal			(491)
Pesquisa e desenvolvimento		(44.778)	(10.960)
Trem Turístico		(3.340)	(3.096)
Outras operacionais		(4.904)	(1.418)
Franquia de seguros		(24.000)	
Processos Judiciais		(49.819)	(55.548)
Indenizações		(10.177)	(7.798)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa		(5.477)	(11.014)
Provisão para contingências		1.070	12.168
Passivo Ambiental		(146)	(2.992)
		(158.632)	(102.937)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(116.469)	(55.083)

4.27 – Resultado financeiro

		Controladora e Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras			
Aplicação mercado financeiro		1.989	1.306
Juros, taxa e multas de mora		2.472	626
Receita financeira do Contrato de Opção de Cessão Onerosa de Créditos Fiscais		5.447	
		9.908	1.932
Despesas Financeiras			
Despesas com IOF		(67)	(698)
Despesa de carta de fiança		(1.817)	(2.512)
Multas dedutíveis		(2.595)	
Encargos por atraso		(8.327)	
Desconto concedido		(22.177)	(33)
Juros sobre adiantamentos de clientes		(2.342)	(4.333)
Juros, taxas e multas		(3.537)	(706)
Ajuste a valor presente		(153.961)	
Outras despesas financeiras		(141)	(101)
		(194.964)	(8.383)
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial		21.625	7.329
Resultado financeiro		(163.431)	878

4.28 – Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

O total dos créditos fiscais reconhecidos e dos não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	7.308	5.939
Provisão para contingências	19.082	19.363
Outras provisões	8.117	7.902
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	28.868	
Prejuízo fiscal	60.006	363.584
	123.381	396.788
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	2.631	2.138
Provisão para contingências	6.869	6.971
Outras provisões	2.923	2.845
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	10.392	
Base negativa	18.864	131.205
	41.679	143.159
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(46.930)	(539.947)
Prejuízo fiscal para imposto de renda	240.023	1.454.335
Base negativa da contribuição social	209.595	1.457.833

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A expectativa de realização dos créditos relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
a ser recuperado em até 12 meses	1.781	
a ser recuperado depois de 12 meses	116.349	
	118.130	

4.29 – Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.30 – Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale	Controladora indireta
VLI S.A	Controladora indireta
VLI Multimodal S.A.	Controladora
SL Serviços Logísticos Ltda.	Controlada
Demais empresas	Ligadas (controle em comum da Vale S.A.)

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Balanco patrimonial				
Ativo circulante				
Cia Coreano Brasileira de Pelotização - KOBASCO	4	4	4	4
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBAS	36	38	36	38
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	553	328	553	328
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -Valia	15	14	15	14
Log-in Logística Intermodal S.A	20	20	20	20
Mineração Andirá Ltda	3	3	3	3
MRS Logística S.A	636	3.043	636	3.043
Vale Manganês S.A- RDM	479	126	479	126
Ultrafértil	486	525	486	525
Vale Fertilizantes S.A	12.861	16.911	12.861	16.911
Vale Moçambique Ltda		475		475
Vale S.A	52.345	32.430	52.345	32.430
VLI S.A	186	60	186	60
Mineração Urucum S.A	3	3	3	3
Ferrovia Norte Sul S.A	10		10	
Salobo Metais S.A	5	4	5	4
Samarco Mineração S.A	2		2	
VLI Multimodal S.A	91.723	15.066	91.723	15.066
	159.367	69.050	159.367	69.050
Ativo não circulante				
SL Serviços Logísticos Ltda	394	394		
Vale S.A	247.627		247.627	-
	248.021	394	247.627	

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo circulante				
MRS Logística S.A	287	395	287	395
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	1.291	1.080	1.291	1.080
VLI Operações Ferroviárias S.A		3.710		3.710
Vale S.A	12.058	18.348	12.058	18.348
Provisão para perda de investimentos (SL Serviços Logísticos Ltda)	-	394		
	14.113	23.927	14.113	23.533
Passivo não circulante				
Vale S.A	-	5.023		5.023
	-	5.023		5.023
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 22)				
VLI Multimodal S.A	2.140.333	796.245	2.140.333	1.553.165
	2.140.333	796.245	2.140.333	1.553.165
			Controladora e Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012
Demonstrações do Resultado				
Receita bruta de serviços prestados				
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS				4.074
Log-in Logística Intermodal Ltda				7
Ultrafertil S.A				24.568
Vale S.A			43.084	33.401
VLI Multimodal S.A			472.763	299.474
			515.847	361.524
Receitas financeiras				
Samarco Mineração S.A			2	
VLI Multimodal S.A			942	8
Vale S.A			42	
			986	8
Outras receitas operacionais				
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD			347	654
Samarco Mineração S.A			43	81
Vale Moçambique Ltda				1.003
Vale S.A			54	2.176
			444	3.914
Custos e despesas				
Custo de intercâmbio/aluguel de locos e vagões				
MRS Logística S.A			7.640	9.494
Vale S.A			402	7.895
			8.042	17.389
Custo de partilha de fretes				
MRS Logística S.A			19.320	13.286
Vale S.A			104.628	93.383
			123.948	106.669
Custo de vendas				
Vale S.A				1.027
Vale Moçambique Ltda				553
				1.580
Previdência Complementar				
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA			3.794	3.320
			3.794	3.320
Despesas com processos de suporte				
Vale S.A				51
				51
Despesas financeiras				
Juros - Log-in Logística Intermodal Ltda				14
Juros - Ultrafertil S.A				52
Juros - Vale S.A				14
Juros - Vale Fertilizantes S.A				32
Juros - Vale Manganês S.A				5
Variação monetária - Vale S.A				1.780
				1.897

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	326.965	42.387	326.965	42.387
Vencidos até 3 meses	41.086	9.905	41.086	9.905
Vencidos de 3 a 6 meses	9.790	3.049	9.790	3.049
Vencidos acima 6 meses	29.547	14.103	29.153	13.709
	407.388	69.444	406.994	69.050

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são recursos recebidos pela FCA, de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social (nota 4.21).

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes as atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC) do Grupo Vale, envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09.outubro.2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto a Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A VALE S.A. detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas de se beneficiar das bases tributárias, adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em Novembro de 2013 a VALE e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS).

Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a VALE pagará à FCA os seguintes valores :

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela VALE o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente o saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento à vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais e foi paga no ato do exercício da opção pela VALE, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que a devolução das demais parcelas ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

4.31 – Previdência privada

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, 4.509 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2012 – 4.583).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no período findo em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$ 3.794 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 3.320).

Abaixo demonstramos o resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	31/12/2013	31/12/2012
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	9.308	2.273
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	1.806	341
3. Custo dos juros	898	292
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(77)	(61)
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(2.889)	2.161
c. Efeito da experiência do plano	(1.408)	4.303
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	7.638	9.309
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	4.908	3.426
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	550	396
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	1.489	967
c. Benefício pago pelo plano	(77)	(61)
d. Benefício pago diretamente pela empresa		
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(126)	180
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	6.744	4.908
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	7.638	9.309
2. Valor justo do ativo do plano	6.744	4.908
3. Situação financeira do plano	894	4.401
5. Passivo / (Ativo) líquido	894	4.401
D. Componentes do custo / (receita) de benefício definido		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	1.804	341
d. Custo total do serviço	1.804	341
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	898	292
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(550)	(396)
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso		130
e. Custo líquido total dos juros	348	26
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	2.152	367

6.	Redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")		
b.	Efeito da alteração de premissas financeiras	(2.889)	2.161
c.	Efeito da experiência do plano	(1.408)	4.303
d.	Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo) (*)	126	(180)
f.	Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)		(1.283)
g.	Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(4.171)	5.001
7.	Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	(2.019)	5.368

E. Reconciliação do valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido

1.	Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	4.401	1
2.	Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	2.154	367
3.	Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(4.171)	5.001
5.	Fluxos de caixa		
a.	Contribuição paga pela empresa	(1.489)	(967)
8.	Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido a partir do final do ano	895	4.402

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$ 126.

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram adotadas as seguintes premissas atuariais e econômicas:

Principais premissas atuariais	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,68%	9,72%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	9,18%	8,15%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	5,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	5,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	9,72%	11,30%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,15%	8,15%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	5,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	5,00%
5. Tábua de mortalidade	AT 83 Male	AT 83 Male
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	18,6307	18,6307
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	18,6307	18,6307

4.32 – Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 333 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 4.267).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessão a pagar (Nota 4.18), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 29.233 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 23.756).

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “rating” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 correspondem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Recebíveis				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	9.256	92.414	9.256	92.414
CDB's	6.363	67.403	6.363	67.403
Contas a receber de clientes	39.261	57.329	39.261	57.329
Partes relacionadas	407.388	69.444	406.994	69.050
Contas a receber - RFFSA (União)	53.493	38.582	53.493	38.582
	<u>515.761</u>	<u>325.172</u>	<u>515.367</u>	<u>324.778</u>
Outros passivos financeiros				
Passivos				
Fornecedores	100.469	94.329	100.469	94.329
Partes relacionadas	14.113	28.556	13.719	28.162
Adiantamentos para futuro aumento de capital	2.140.333	1.553.165	2.140.333	1.553.165
	<u>2.254.915</u>	<u>1.676.050</u>	<u>2.254.521</u>	<u>1.675.656</u>

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo Vale. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do período é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Total passivo	2.526.067	1.931.148	2.525.673	1.930.754
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(15.619)	(159.817)	(15.619)	(159.817)
	2.510.448	1.771.331	2.510.054	1.770.937
Patrimônio líquido	1.529.173	1.372.955	1.529.173	1.372.955
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.140.333	1.553.165	2.140.333	1.553.165
Total patrimônio líquido+ AFAC	3.669.506	2.926.120	3.669.506	2.926.120
	68,41%	60,54%	68,40%	60,52%

4.33 – Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2013	63	53
Valor da última parcela paga		
- Concessão	1.847	449
- Arrendamento	35.097	8.533

4.34 – Outras Informações

a) Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013

A Administração da companhia, em sua avaliação, não identificou nos parágrafos da MP nº627 efeitos ou ajustes a serem considerados nas demonstrações contábeis das empresas do Grupo VLI.

b) Desoneração de folha de pagamento

Em 2013 o Governo Federal, divulgou um pacote de medidas com o objetivo de redução dos impactos financeiros das contribuições previdenciárias incidentes sobre as folhas de pagamento de determinados setores da economia, através da Lei 12.844, de 19 de julho de 2013 que alterou a Lei 12.546 de 14 de dezembro de 2011.

Com esta medida a Companhia, no ano de 2014, obriga-se a apurar a contribuição previdenciária patronal com base na receita bruta, e sua apuração será aplicando a alíquota de 1% sobre o valor de sua receita bruta apurada nos termos da Lei 12.844/13 e 12.546/11.